

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 28.08.1998
EMENTÁRIO 1 9 2 0 - 1

70

23/06/98

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 76.182-2 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACIENTE: TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES OU TABARÉ URUGUAIO
CÁCERES CACERES OU TABARÉ URUGUAY CÁCERES OU TABARE
URUGUAY CÁCERES CÁCERES

IMPETRANTE: TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES

COATOR: TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA: I. STF: competência: HC contra decisão tomada em
apelação ilimitada da defesa, ainda quando fundada a impetração em
fundamentos não suscitados nas razões do apelo ou não examinados no
julgamento dele, desde que dos mesmos pudesse ter conhecido o
Tribunal **a quo**, dado o âmbito da devolução do recurso ordinário.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os
Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na
conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por
unanimidade de votos, em conhecer do pedido de **habeas corpus**, mas o
indeferir.

Brasília, 23 de junho de 1998.

MOREIRA ALVES - PRESIDENTE

SEPÚLVEDA PERTENCE - RELATOR

Nc.



HABEAS CORPUS N. 76.182-2 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
PACIENTE: TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES OU TABARÉ URUGUAIO
CÁCERES CACERES OU TABARÉ URUGUAY CÁCERES OU TABARE
URUGUAY CÁCERES CÁCERES
IMPETRANTE: TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES
COATOR: TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O il.

Subprocurador-Geral da República Mardem Costa Pinto sintetiza com precisão o caso e opina nos termos seguintes (f. 284):

Cuida-se de **Habeas Corpus** impetrado em benefício próprio por Tabaré Uruguay Cáceres, em que pedimos vênia para transcrever, a título de relatório, partes das informações prestadas pelo ilustre Presidente do Tribunal apontado coator, **verbis**:

"Por fatos ocorridos em 16 de janeiro de 1984, foram o paciente e outros co-réus denunciados perante o MM. Juízo da E. Décima Oitava Vara Criminal da Comarca de São Paulo, como incursos no art. 157, § 2º, I e II, c.c o art. 70, ambos do Código Penal (doc. nº 2), com base nos elementos colhidos na fase indiciária (doc. nº 3).

Recebida a denúncia (doc. 4), solicitou o Bel. Sérgio Ferreira Guedes o arquivamento da ação penal, alegando para tanto, estar impossibilitada a defesa do paciente ante a sua expulsão do país (doc. nº 5), tendo o MM. Juiz "a quo" determinado a intimação do causídico para que fornecesse o endereço do acusado no exterior (doc. nº 6).



Após infrutíferas tentativas de localização do advogado e de seu constituinte (doc. 7), procedeu-se a citação editalícia (doc. nº 8) e, ausente o acusado à audiência designada, foralhe decretada a revelia, nomeando-se-lhe defensor dativo o Bel. Jarbas Lourenço Gorotti (doc. nº 9).

Realizada a instrução (doc. nº 10), requereu novamente o Bel. Sérgio Ferreira Guedes o arquivamento do processo. Ofertadas as alegações finais (doc. nº 11), sobreveio sentença condenatória, que apenou o paciente, por infringência ao art. 157, § 2º, I e II, c.c o art. 70. ambos do Código Penal, a 6 anos, 11 meses e 6 dias de reclusão e ao pagamento de 16 dias-multa (doc. nº 12. A r. decisão restou irrecorrida (doc. nº 13).

A prisão do paciente foi efetivada em 8 de dezembro de 1989 (doc. nº 14).

Informo que o réu impetrou, nesta Corte, o "Habeas Corpus" nº 191.106/5, que a E. Décima Primeira Câmara, à unanimidade, concedeu para anular o feito a partir da citação inicial e, seria expulso, determinou o prosseguimento do processo, citando-se-o pessoalmente e renovando-se a instrução (doc. nº 15).

Comunicado o resultado do julgamento à Vara de origem, o MM. Juiz de Primeira Instância revogou a prisão em razão da sentença condenatória e decretou a custódia preventiva (doc. nº 16).

Após a citação e o interrogatório do réu, ocasião em que declarou ter como defensor o Bel. Sérgio Ferreira Guedes (doc. nº 17), foram refeitos os atos instrutórios e cumprido o art. 50 do Código de Processo Penal (doc. 18).

Em 17 de agosto de 1990, sobreveio sentença condenatória, que apenou o paciente, por ter infringido o art. 157, § 2º, I e II, c.c o art. 70, ambos do Estatuto Repressivo, a 6 anos, 11

meses e 6 dias de reclusão, em regime fechado (doc. nº 19).

Inconformada, apelou a defesa (doc. nº 20), tendo a E. Turma Julgadora deste Tribunal, sem discrepância de votos, negado provimento ao recurso (doc. nº 21), transitado em julgado o ven. aresto (doc. nº 22).

Anoto, por derradeiro, que o paciente formulou nesta Corte, a revisão Criminal nº 244.324/7, que a E. Vice-Presidência indeferiu liminarmente (doc. nº 23). (fls. 40/42)."

2. Pretende o impetrante-paciente, como tese principal, que o Supremo Tribunal declare a sua inocência, absolvendo-o por falta de justa causa, destacando que não foi reconhecido por uma das vítimas, que o reconhecimento fotográfico é um dado sempre precário e ainda que nada do que teria sido subtraído foi encontrado em seu poder.

3. Como teses secundárias sustenta que o processo é nulo em face da deficiência de sua defesa e nula é a sentença por não ter enfrentado as teses defensivas.

4. O presente **Habeas Corpus** deve ser conhecido apenas em parte, excluídas as teses que sustentam a nulidade do processo e da sentença, por não terem sido submetidas ao crivo do Tribunal apontado coator. Apreciar referidas teses em primeira mão configuraria supressão de instância, na forma do que vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, como se vê das ementas a seguir transcritas:

"EMENTA: - ...

Versando o **Habeas Corpus** matéria estranha ao acórdão da apelação interposta com fundamento no art. 593, III, d, do Cód. Proc. Penal, competente para originariamente apreciá-lo é o Tribunal de Justiça e não o Supremo Tribunal Federal." (H.C. 74.067/RS - Rel. Min. Octávio Gallotti - DJ 06.12.96 - p. 48.710)



"EMENTA: - Penal. Processual Penal. **Habeas Corpus.** Questão nova.

I. - Por conter questão nova, que não foi posta ao exame do Tribunal estadual, o **Habeas Corpus** não pode ser conhecido, sob pena de supressão de instância.

II. - Remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para julgamento da questão levantada perante o Supremo Tribunal Federal, ainda não apreciada por aquele Tribunal.

III. - HC não conhecido." (H.C. 74.502/MG - Rel. Min. Carlos Velloso - DJ 21-02-97 - p. 2.827)

"EMENTA: Habeas Corpus. Associação para o tráfico de entorpecentes. Alegação de nulidade da citação editalícia. Preliminar: competência do Supremo Tribunal Federal, segundo quem seja a autoridade coatora. Preliminar: conhecimento.

1. Pedido não conhecido porque a matéria questionada não foi submetida nem apreciada pelo Tribunal apontado como coator no julgamento das apelações interpostas pelo Ministério Público e pelos co-réus; o paciente não interpôs apelação nem contra-arrazoou a do órgão acusador.

2. Em tais casos, continua coator o juiz singular.

3. Incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o pedido, inclusive quando o impetrante argüi nulidade da citação. Precedentes da Turma.

4. Supressão de instância: impossibilidade.

5. **Habeas Corpus** não conhecido, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, para proceder como entender de direito, eis que o coator é o juiz de 1ª instância." (H.C. 74.030/RJ - Rel. Min. Maurício Corrêa - DJ 16.05.97 - p. 19.950)."

5. No mérito, o **Habeas Corpus** é de ser indeferido ainda que venha a ser conhecido em sua integralidade.

6. Com efeito, a tese da falta de justa causa, por deficiência ou insuficiência da prova, não pode ser debatida e decidida na via sumária do **writ**, conforme jurisprudência pacífica da Corte..."

E depois de citar ementas nesse sentido, prossegue o parecer:

"O impetrante-paciente contou, durante toda a instrução, com a assistência de Defensor Dativo, que exerceu o seu múnus com a eficiência possível, diante da realidade processual bastante adversa. Portanto, a hipótese não é a de ausência de defesa, o que levaria à automática declaração de nulidade.

8. Sendo caso de eventual deficiência do defensor nomeado, é de se aplicar à hipótese o enunciado da Súmula nº 523 do Supremo Tribunal Federal, diante da falta de demonstração objetiva do prejuízo que o réu teria sofrido.

9. Nem a sentença e nem o acórdão prolatado na apelação do réu merecem a pecha de ter deixado de apreciar as teses defensivas, eis que ambos os provimentos judiciais deram respostas adequadas às alegações da defesa.

10. Por outro lado, quando a sentença ou acórdão adota tese jurídica diversa da que foi sustentada pela defesa, acaba por apreciar e rejeitar os seus argumentos ainda que não faça menção expressa aos mesmos, tratando-se pois de procedimento regular e que portanto não gera nulidade, conforme já decidiu a Suprema Corte:

"EMENTA: I - Sentença: fundamentação: não é omissa a sentença que explicita as premissas de fato e de direito da decisão e, ao fazê-lo, afirma tese jurídica contrária à aventada pela parte, ainda que não a mencione. (...)" (H.C.

70.179-5/SP - Rel. Min. Sepúlveda Pertence - DJ
24.06.94 - p. 16.635).

11. Embora o sentenciante deva examinar as teses debatidas, "não necessitará, ao fazê-lo, preocupar-se em dar resposta a todas as questões emergentes no processo. Muitas serão de improcedência manifesta, e seria levar longe demais o cumprimento do dever de motivação e pretender-se que o juiz tenha de demonstrar as mais resplandecentes evidências" (Basileu Garcia, **"Comentários ao Código de Processo Penal**, Revista Forense, 1945, Vol. III, p. 476).

12. No mesmo sentido é a lição de Espínola Filho, **verbis**:

"Uma demonstração de ter o juiz dado atenção a todas as alegações das partes, é a motivada repulsa dos argumentos, nos quais se estribaram, só rejeitando sem uma fundamentação convincente aquilo que importa num absurdo evidente, num sofisma gritante". (**Código de Processo Penal Brasileiro - Anotado** - Editor Borsoi, Volume IV, Rio de Janeiro, 1965, 6ª edição, página 57).

13. Pelo exposto, somos pelo conhecimento parcial do presente Habeas Corpus, com a denegação da ordem ainda que venha a ser conhecido em sua integralidade."

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Conheço integralmente do pedido, pois todos os temas aventados na impetração de **habeas corpus** foram devolvidos ao Tribunal pela apelação não limitada a que se negou provimento, nada importando que, nas razões do recurso ordinário, alguns dos fundamentos não tenham sido suscitados ou, se alegados, não tenham sido objeto de apreciação explícita pelo Tribunal: reafirmando-o recentemente no HC 75.090, de 10.6.97, de que fui relator, com longa análise dos precedentes.

No mérito, acolho o parecer.

Acrescento apenas que, no caso, é impertinente a alegação de precariedade do reconhecimento fotográfico - que já valeu ao paciente, em situação diversa, o deferimento do HC 74.368, Pleno, 1.7.97, Pertence, DJ 28.11.97: aqui, o reconhecimento pessoal por uma das vítimas deu-se no inquérito, formalizado em termo que satisfaz os requisitos do art. 226 C.Pr.Penal, não sendo o **habeas corpus** a via adequada a aferir de sua autenticidade, posta em dúvida pelo seu defensor nas instâncias ordinárias.

Diga-se, por fim, em favor desse defensor - que é despropositada a alegação de insuficiência da defesa no processo

condenatório: desmentem-no as cuidadosas razões apresentadas em ambas as instâncias ordinárias.

Denego a ordem: é o meu voto.



Nc.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 76.182-2

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACTE. : TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES OU TABARÉ URUGUAIO
CÁCERES CACERES OU TABARÉ URUGUAY CÁCERES OU TABARE
URUGUAY CÁCERES CÁCERES

IMPTE. : TABARÉ URUGUAI CÁCERES CÁCERES

COATOR : TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: A Turma conheceu do pedido de **habeas corpus**, mas o indeferiu. Unânime. 1ª. Turma, 23.06.98.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.

Ricardo Dias Duarte
Secretário